



Foto: Olivier Matthys / Epa

ÍNDICE

- Falta de segurança no mundo rural
- Roteiro para Créditos da Natureza
- Dinamarca prioriza Segurança da Europa
- Agricultura e construção lideram pedidos Via Verde
- Maurício Marques preside Comissão de Agricultura
- Gulbenkian apoia gestão integrada de Água e Solo
- Candidaturas para formação PME
- Portugal Sou Eu apela ao espírito de equipa dos portugueses

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DA COMISSÃO IMPÕE MUDANÇA RADICAL NA PAC

A Comissão Europeia apresentou no dia 16 de julho a primeira proposta de orçamento da União Europeia para os próximos anos (QFP 2028-2034) com alterações que representam uma profunda alteração no modelo de financiamento agrícola europeu.

A proposta prevê a integração da PAC num envelope financeiro nacional mais amplo, juntamente com fundos regionais e de coesão, transferindo para os governos nacionais a responsabilidade de decidir sobre a repartição de um orçamento cada vez mais reduzido.

Apesar da Comissão garantir que a PAC continuará a ser um pilar da política da Europa, na prática, a reforma proposta coloca em risco o apoio direto aos agricultores, especialmente num contexto de cortes orçamentais estimados entre 15% e 25%.

Para a Confederação esta proposta é inaceitável pois ameaça a estabilidade, a previsibilidade e a equidade do apoio aos agricultores portugueses e europeus. A CAP está muito preocupada com a junção dos fundos agrícolas e regionais que pode transformar o financiamento da PAC num "vale tudo", facilitando o desvio de verbas para outras prioridades nacionais e colocando em causa a autonomia estratégica da agricultura europeia.

A proposta da Comissão, ao privilegiar conceitos como "eficiência", "flexibilidade" e "focalização", transfere para os Estados-Membros a difícil tarefa de decidir quem é considerado "agricultor ativo" e como distribuir o apoio ao rendimento, sem garantir regras claras e justas.

Nesse mesmo dia, os agricultores europeus reagiram de imediato com uma marcha organizada pelo COPA-COGECA que contou com mais de mil participantes, inclusive a CAP, e perante os sinais dados pela Comissão adivinham-se anos de duras negociações, que a CAP acompanhará atentamente.

DITO & ESCRITO

"Apresentamos hoje o orçamento da UE para 2028-2034. Trata-se de um orçamento para uma nova era, que corresponde à ambição da Europa. Que dá resposta aos desafios da Europa. Que reforça a nossa independência"

Ursula von der Leyen
Presidente da Comissão Europeia
Rede Social X, 16/07/2025

"Hoje é um dia negro para a agricultura europeia. A presidente da Comissão Europeia foi longe de mais e enganou os agricultores, com uma proposta que mostra que o setor não é uma prioridade para Bruxelas"

Luís Mira
Secretário-geral da CAP
Bruxelas, 16/07/2025

"[Presidente da Comissão] quer enterrar a PAC, uma decisão política sem precedentes que põe em perigo a soberania alimentar da Europa e rompe o vínculo entre o campo e os cidadãos"

Pedro Barato
Presidente da ASAJA e vice-presidente do COPA
Bruxelas, 16/07/2025

"Senhor comissário, a palavra certa é mesmo desilusão"

Paulo do Nascimento Cabral
Eurodeputado do PSD
Parlamento Europeu, 16/07/2025

"Não aceitaremos malabarismos orçamentais nem ilusões políticas."

André Franqueira Rodrigues
Eurodeputado e relator do PE para simplificação da PAC
Comunicado do Gabinete, 16/07/2025

"Não faz muito sentido estar a fazer uma opção entre rendimentos dos agricultores ou construir uma escola ou um hospital. Tem de haver uma diferenciação entre os fundos da PAC e os fundos da Coesão"

Manuel Castro Almeida
Ministro da Economia e da Coesão Territorial
RTP3, 16/07/2025

50 ANOS DO DIA DO AGRICULTOR LIVRE 13 DE JULHO

"No dia 13 de julho de 1975, os agricultores impediram a ocupação do Grémio da Lavoura, num gesto de coragem esta data passou a ser conhecida como o DIA DO AGRICULTOR LIVRE, simbolo da força do mundo rural, da liberdade conquistada e do direito à propriedade privada"

A cidade de Rio Maior esteve em festa com a celebração dos 50 anos do Dia do Agricultor Livre, um tributo aos agricultores que em 1975, com coragem e determinação, enfrentaram o poder instituído por forças radicais de esquerda e impediram a ocupação do seu Grémio da Lavoura pelas forças associadas ao então PCP, resistindo onde tantos outros não conseguiram.

A homenagem foi organizada conjuntamente pela CAP, pela Associação de Produtores Agrícolas de Rio Maior e pela Câmara Municipal de Rio Maior, com um desfile de tratores, um tributo a todos os agricultores envolvidos, e o descerramento de uma Placa que recordará para sempre esse acto de coragem. *(Continua na página 2)*



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA SAÚDA CAP PELO SEU 50º ANIVERSÁRIO

No dia 8 de julho, a Assembleia da República aprovou um Voto de Saudação à Confederação dos Agricultores de Portugal pelo trabalho realizado em meio século de existência, um louvor reconhecido por 225 dos 230 deputados. Todos os deputados do Partido Social Democrata, Chega, Partido Socialista, Iniciativa Liberal, Livre, CDS e JPP votaram favoravelmente a saudação à CAP por ocasião do 50º aniversário que se celebra este ano. «A Assembleia da República, reunida em Plenário, saúda a Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), organização de cúpula do movimento socioprofissional agrícola e parabeniza todos os seus associados, reconhecendo a sua importância considerando a etapa atingida de cinco décadas, congratulando por todo o trabalho realizado pela CAP e pelas suas equipas em prol do desenvolvimento e reconhecimento do sector primário em Portugal.»

O Projeto de Voto N.º 62/ XVII apenas foi recusado pela única deputada do PAN, tendo os três representantes do PCP e a deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda, optado pela abstenção.

13 DE JULHO 50 ANOS DO DIA DO AGRICULTOR LIVRE

No âmbito do seu 50.º aniversário, a Confederação dos Agricultores de Portugal não poderia esquecer os acontecimentos do dia 13 de Julho de 1975 em Rio Maior, símbolo da afirmação dos agricultores e antecâmara decisiva para o histórico 25 de Novembro e para a reposição da liberdade e da democracia em Portugal, para sempre recordado como Dia do Agricultor Livre.

A data evoca um momento histórico do período revolucionário do país, marcado pela mesma união e coragem que meses depois ajudará a sustentar o 25 de Novembro, numa contribuição única para a construção do regime democrático em que hoje vivemos.

Mas nesse dia em Rio Maior foram centenas os agricultores que se uniram para proteger o Grémio da Lavoura, num gesto de firmeza e coragem que se tornou símbolo da defesa dos direitos do setor e da dignidade da agricultura nacional. Este levantamento marcaria o início de um movimento de defesa da propriedade privada, fundamental para a estabilização do processo democrático e para a consequente consolidação da democracia em Portugal.

Como recordaria o Jornal do Agricultor um ano depois, na edição de 13/07/1976, "A Resistência foi em Rio Maior que começou":

"...A razão do levantamento de Rio Maior foi simples, como simples são as razões porque o povo se levanta. A injustiça e o vexame foi a razão no singular, porque a injustiça e o vexame andam sempre juntos, são uma só razão."

A sua reação à tentativa de invasão pela Liga dos Pequenos e Médios Agricultores, ou seja, por forças ligadas ao partido comunista foi, pela sua componente extraordinária, sinal da maturidade de um movimento de associação e de resistência que começara a germinar meses antes com a criação da Associação Livre de Agricultores (ALA), proibida após o 11 de Março e embrião da futura CAP.

A ligação entre Rio Maior e a CAP não é uma coincidência. Como também não é obra do acaso que, poucos meses depois, a mesma vila de Rio Maior tenha um papel determinante no 25 de Novembro de 1975, nem que a fundação da CAP ocorra precisamente em Rio Maior. Há aqui um contágio benfazejo de coragem, honra e trabalho que continua na raiz da CAP fazendo dela uma organização de progresso na defesa e representação da Agricultura e dos Agricultores de Portugal junto das instituições oficiais, de representantes nacionais e europeus e da sociedade civil.



Homenagem a Adelino Bernardes, meio século de dedicação ao associativismo em Rio Maior e na CAP.



Ana Barroso feliz por ajudar a concretizar esta celebração ao legado de familiares e amigos



Toma a palavra Joaquim Nazaré Gomes, presidente da Associação dos produtores Agrícolas de Rio Maior.



Tratores enfeitados desfilaram pela cidade.



Um dia de festa aberto à comunidade.



Da esquerda para a direita: Luis Mira (secretário-geral da CAP), Filipe Santana (presidente da Câmara de Rio Maior), Alvaro Mendonça e Moura (presidente da CAP), Joaquim Nazaré Gomes (presidente da Associação de Produtores Agrícolas de Rio Maior), e João de Deus (vice-presidente da APARM).

AGRICULTURA E CONSTRUÇÃO LIDERAM PEDIDO DE TRABALHADORES IMIGRANTES AO ABRIGO DA VIA VERDE

Entre abril e julho apenas a Confederação dos Agricultores de Portugal e a Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas (AICCOPN) submeteram pedidos para recrutamento de trabalhadores estrangeiros ao abrigo do Protocolo assinado com o Governo, vulgarmente referido como Via Verde para a Contratação.

Dos pedidos para recrutar 493 imigrantes ao abrigo da Via Verde, a CAP efetuou 380 pedidos e a AICCOPN efetuou 113.

Enquanto o setor agrícola tende a recrutar na Ásia, a mão-de-obra para a área da construção tem vindo maioritariamente de Cabo Verde, Angola, Colômbia e Peru. Nesta atividade a escassez de mão-de-obra é muito elevada, da ordem dos 80 a 90 mil trabalhadores. O cumprimento das exigências com o alojamento dos trabalhadores parece estar a dificultar pedidos nos setores do Turismo e do Comércio e Serviços.

A Via Verde para a Contratação, decorrente do protocolo assinado entre o Governo e cinco Confederações Patronais (CAP, CIP, CCP, CTP, CPCI) sobre a Migração Laboral Regulada está em funcionamento desde o dia 15 de abril.

FALTA SEGURANÇA NO MUNDO RURAL

No âmbito da XI Feira Agroflorestal, a AFLOSOR trouxe a debate o problema da falta de segurança no mundo rural, num Colóquio que contou com a participação de produtores, entidades do sector e representantes das autoridades de segurança nacional.

Orador no evento, o secretário-geral da CAP defendeu que perante a abrangência dos ilícitos, só todos juntos: agricultores, produtores florestais, associações e organizações, forças de segurança, Autoridade Tributária e a ASAE “conseguiremos resolver este problema”.

Luis Mira sublinhou que os furtos nas propriedades rurais afetam culturas (p.ex.: azeitonas, pinha, cortiça), animais e equipamentos (p.ex: postos de transformação, pivots de rega) e, “na maioria dos casos, os danos causados nas culturas comprometem o potencial produtivo e a reparação dos danos nos equipamentos são sempre mais avultados do que o valor do roubo”, completou com alguns exemplos. “No caso da cortiça, não só a próxima extração pode ficar afetada, como os danos nos sobreiros podem inviabilizar descortiçamentos futuros”. Também no furto registado em equipamentos, “o valor do cobre é muito inferior ao custo da reparação, e a produção também é drasticamente afetada, por exemplo, com a interrupção de rega numa cultura como o milho”. O secretário-geral da CAP destacou ainda a necessidade de controlar o transporte dos produtos furtados “e de atuar junto dos seus recetores que, para além de pactuarem com estes crimes, cometem fraude fiscal”. Neste contexto, Mira confirmou que a atuação da CAP passa pela apresentação de um conjunto de medidas ao Governo, nomeadamente:

- a alteração da moldura penal para que estas ocorrências também possam ser consideradas ‘crimes ambientais’ para além dos furtos e prejuízos consequentes;
- a criação de uma linha de financiamento para investimentos de segurança das explorações como cercas, portões, câmaras de vigilância, como formas de dissuasão de roubo e vandalismo, a enquadrar nas negociações europeias do novo quadro de financiamento plurianual.

O responsável destacou ainda a importância da formalização da queixa junto das autoridades. “Para que CAP consiga demonstrar ao poder político que este problema é uma prioridade, têm de existir registos e estatísticas que revelem a real dimensão do problema”, ainda que reconheça que esse procedimento deve ser simplificado e menos moroso.



ROTEIRO PARA CRÉDITOS DA NATUREZA EM CONSULTA PÚBLICA

Decorre até 30 de setembro, o período para consulta pública do projeto da Comissão Europeia: Roteiro para Créditos da Natureza, uma iniciativa que aponta para 65 mil milhões de euros/ano no restauro da natureza. O Roadmap towards Nature Credits traduz a proposta da Comissão Europeia destinada a “promover os créditos da natureza com o objetivo de incentivar investimentos privados em ações que protejam e restaurem a natureza, e recompensar financeiramente quem realiza ou financia essas ações”.

O que são Créditos da Natureza?

São certificados de ações positivas para a natureza (como restaurar zonas húmidas ou a reflorestação), que podem ser:

- Avaliadas e comprovadas por entidades independentes.
- Compradas por empresas, governos ou cidadãos.
- Usadas para melhorar reputação, reduzir riscos e aumentar a aceitação social para os seus projetos.

Quais os Benefícios esperados?

- Apoio à biodiversidade e à preservação habitats.
- Novas fontes de rendimento para aqueles que trabalham na proteção da natureza, como agricultores, silvicultores, pescadores e comunidades locais.
- Redução de riscos financeiros ligados à degradação ambiental.

Quais os Próximos passos?

- Criação de normas claras e certificação confiável para evitar greenwashing.
- Consulta pública até 30 de setembro de 2025, relativa à proposta da Comissão para o «Roteiro para Créditos da Natureza».
- Acompanhamento e avaliação de iniciativas de créditos da natureza em França, Estónia e Peru e a trabalhar com parceiros internacionais como a Aliança de Créditos para a Biodiversidade, o Fórum Económico Mundial e o Painel Consultivo Internacional sobre Créditos para a Biodiversidade
- Testes-piloto em países como França, Estónia e Peru.
- Cooperação com parceiros internacionais.

Qual o Montante do Financiamento?

- A UE comprometeu-se a destinar 10% do seu orçamento à biodiversidade até 2026-2027.
- Estima-se que sejam necessários 65 mil milhões de euros por ano para restaurar a natureza - combinando recursos públicos e privados - sendo que este novo instrumento servirá para contribuir para colmatar a atual lacuna de investimento ecológico, já que os créditos da natureza complementarão o financiamento público existente para a biodiversidade, como fonte adicional e voluntária de financiamento de ações benéficas para a natureza.

DINAMARCA PRIORIZA A SEGURANÇA DA EUROPA

A presidência rotativa do Conselho da União Europeia foi entregue à Dinamarca na cerimónia oficial realizada a 3 de julho. Sob o lema «Uma Europa forte num mundo em mudança», a Dinamarca sucede à Polónia nesta sua oitava presidência que terminará a 31 de dezembro de 2025.

Na apresentação do programa, a primeira-ministra Mette Frederiksen anunciou que a segurança e defesa da Europa, a par com a competitividade, serão as prioridades desta presidência.

As circunstâncias da ordem internacional, os aumentos da incerteza, da competição económica e dos níveis de conflito, justificam o reposicionamento do Estado-membro conhecido pela oposição a quaisquer despesas militares. A guerra na Ucrânia e as ameaças norte-americanas à soberania da Gronelândia determinaram o atual posicionamento da Dinamarca. “Se estamos a tentar defender o nosso continente, quem o fará por nós, europeus? Precisamos de rearmar a Europa até 2030, o mais tardar, e aguardo com expectativa o roteiro sobre a forma de alcançar este objetivo”, declarou a primeira-ministra dinamarquesa.

Para além da segurança, a competitividade é a outra aposta da Dinamarca. O programa da presidência defende a “conciliação das palavras com a ação na resposta aos desafios que a União Europeia enfrenta”, com destaque para a transição verde, fundamental no reforço de uma Europa mais segura e competitiva. E aqui entra o papel atribuído à Agricultura e às Pescas. A Dinamarca compromete-se a trabalhar na simplificação e melhoria da regulamentação das políticas agrícolas e alimentares, e numa estrutura política que impulse a inovação e o desenvolvimento para garantir um sector agroalimentar robusto e capaz de acelerar a transição verde.





APELA AO 'ESPÍRITO DE EQUIPA' DOS PORTUGUESES

O programa 'Portugal Sou Eu' lançou uma nova campanha com o objetivo de aumentar a notoriedade da marca, promover o consumo do que é nacional e reforçar a perceção do valor dos produtos e serviços portugueses. A criatividade da campanha foi desenvolvida pela Opal e a sua produção esteve a cargo da StopMotion. Esta campanha está presente na televisão, rádio, imprensa e digital e tem a assinatura: 'Mostra que és dos nossos. Começa hoje.'

O argumento inspirou-se no espírito de equipa e na força coletiva, "que caracteriza o povo português", para mostrar que "cada escolha conta e que cada adesão ao selo 'Portugal Sou Eu' é uma vitória para todos nós".

A campanha apela à mobilização, usando uma "linguagem gráfica com uma abordagem dinâmica e descontraída, mantendo sempre a identidade portuguesa e criando um território vasto de comunicação.

Lançado em dezembro de 2012 pelo governo e cofinanciado pelo Portugal 2030, o programa 'Portugal Sou Eu' conta com várias figuras públicas como embaixadoras, mais de 4.500 empresas registadas e já atribuiu o seu selo a mais de 19.500 produtos e serviços, que representam, em conjunto, um volume de negócios superior a 12 mil milhões de euros.

FUNDAÇÃO GULBENKIAN APOIA GESTÃO INTEGRADA DA ÁGUA E DO SOLO NA AGRICULTURA



No âmbito da iniciativa Gulbenkian Água, a Fundação lança um concurso para apresentação de projetos de boas práticas gestão integrada da água e do solo na agricultura, que promovam a partilha de conhecimento entre agricultores e incentivem a adoção de técnicas e tecnologias inovadoras para uma gestão mais sustentável da água de rega e do solo.

O apoio da Fundação inclui montantes entre os 70 mil e os 100 mil euros, para financiamento de projetos apresentados por parcerias de entidades públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, desde que lideradas por uma organização sem fins lucrativos.

A iniciativa insere-se no projeto Gulbenkian Água, destinado a promover uma utilização mais eficiente deste recurso junto de toda a cadeia de valor do setor agroalimentar, assente em três áreas de atuação:

- 1-Acelerar a transformação do setor agroalimentar;
- 2-Comunicar o tema do valor da água na alimentação e no setor agroalimentar;
- 3-Envolver continuamente diversos stakeholders.

Entre 2021 e 2024, no âmbito da demonstração de boas práticas na gestão eficiente da água de rega, beneficiaram de apoio os projetos: AquaCer, H2OpitDemo, VinAzReg, G.O.T.A, H2Oliveira, H2OEfficient. O atual concurso representa a 4ª fase do projeto Gulbenkian Água e os resultados serão anunciados em novembro de 2025. Inscrições até 24 de setembro.

Mais informações: [Gulbenkian Água - Fundação Calouste Gulbenkian](#)

MAURÍCIO MARQUES PRESIDE COMISSÃO DE AGRICULTURA

As eleições de 18 de maio de 2025 ditaram a composição do novo Parlamento e o início da XVII Legislatura da Assembleia da República. A Comissão de Agricultura e Pescas integra o grupo de 15 comissões permanentes da Assembleia e é composta por 24 membros efetivos.



PSD

Maurício Marques | Coimbra - PRESIDENTE
Amílcar Almeida | Vila Real
Fernando Queiroga | Vila Real
Firmino Ferreira | Aveiro
Gonçalo Valente | Beja
Hernâni Dias | Bragança
Ricardo Oliveira | Santarém
Sónia dos Reis | Setúbal

Chega

João Paulo Graça | Faro - VICE-PRESIDENTE
Ana Martins | Açores
João Lopes Aleixo | Portalegre
Pedro Frazão | Aveiro
Ricardo Moreira | Faro

PS

Irene Costa | Braga
Joana Lima | Porto
Júlia Rodrigues | Bragança
Pedro do Carmo | Beja
Sofia Canha | Madeira

Iniciativa Liberal

Mário Amorim Lopes | Aveiro - VICE-PRESIDENTE

Livre Jorge Pinto | Porto

PCP Alfredo Maia | Porto

CDS-PP João Almeida | Porto

PAN Inês Sousa Real | Lisboa

JPP Filipe Sousa | Madeira

CANDIDATURAS PARA FORMAÇÃO – AÇÃO A PME

Está a decorrer o prazo para candidaturas à Formação-ação para Pequenas e Médias Empresas (PME), até às 17 horas de 30 de setembro.

Sendo financiadas pelo Programa Temático Inovação e Transição Digital (COMPETE 2030), a Confederação atua como Organismo Intermédio, para as candidaturas exclusivamente enquadradas no âmbito da agricultura, silvicultura e pecuária.

Nesta tipologia de operação são apoiadas ações que visem a qualificação de empresários e de trabalhadores das PME, com vista à melhoria da empregabilidade e da produtividade nas empresas.

Este aviso de abertura do período para candidaturas abrange ações de formação, em regime presencial ou online, quando aplicável, que contemplem formação, alternada, em sala e na PME ("on the job").

Ministrada por entidade formadora certificada ou equiparada, e com enquadramento nas respetivas áreas de educação e formação, a formação desenvolve-se nas seguintes seis áreas temáticas:

- Inovação
- Digitalização e Transição Digital
- Eficiência energética/Descarbonização
- Internacionalização
- Competitividade
- Critérios ESG.

Este Aviso de Candidatura tem aplicação nas regiões menos desenvolvidas NUTS II do continente: Norte, Centro e Alentejo. Pode ser consultado no [site do Compete](#):

www.compete2030.gov.pt/avisos/siqrh-formacao-acao_compete2030-2025-7/